

Aula 14

Crises na África independente

Marcelo Bittencourt

Meta da aula

Apresentar os principais problemas de ordem econômica e política que estiveram presentes no pós-independência de grande parte dos países africanos e discutir alguns casos nacionais de maior repercussão internacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. definir os principais problemas de ordem econômica e política que fomentaram as crises ocorridas no continente africano, a partir dos anos 1970;
2. avaliar as causas e implicações de três importantes episódios da história da África: a Guerra do Biafra, o fim do *apartheid* e o genocídio do Ruanda.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula anterior (Aula 13), as propostas de independência de caráter nacional acabariam suplantando as ideologias supranacionais, em especial o pan-africanismo, na formatação das lutas anticoloniais. Essa perspectiva seria mantida no pós-independência de grande parte dos países africanos. As elites políticas nacionais voltar-se-iam para os graves problemas internos e para as diferentes disputas pelo poder. O discurso de um horizonte de maior união e integração africana iria desaparecer sem ser notado. Ganharia força a postura, em nível nacional, de mudança, de construção de um projeto que levasse essas sociedades ao desenvolvimento.

Esse seria o cenário do imediato pós-independência de grande parte dos países africanos. Acreditava-se que com o fim do colonialismo e da sangria econômica provocada por ele, as novas nações iriam crescer economicamente e dar conta das demandas pleiteadas pelas populações africanas nas mais diversas áreas. Os primeiros anos dos governos independentes não negariam tal possibilidade de imediato, mas a segunda metade dos anos 1970 e, definitivamente, os anos 1980, marcariam, indiscutivelmente, o fim da expectativa das realizações econômicas. As decepções políticas seriam ainda mais prematuras em virtude dos sucessivos e inúmeros golpes de estado e conflitos civis. Os sonhos de uma vida melhor foram breves.

Para tentar dar conta desses temas, optamos nesta aula pela apresentação, num primeiro momento, de alguns problemas comuns, sobretudo na área econômica, para em seguida apresentar alguns breves estudos de caso que por sua violência, impacto no continente e repercussão internacional merecem uma atenção especial da nossa parte.

Os projetos desenvolvimentistas

Capitalistas e socialistas, conservadores e modernizadores, direita e esquerda compartilharam o mesmo sonho desenvolvimentista no continente africano. A opção mais comum para pavimentar

esse caminho seria a do partido único, sem alternância prevista ou partilha do poder, assegurando-lhes um eficaz mecanismo de preservação dos seus respectivos regimes.

Entretanto, os diferentes países recém-independentes não se mostraram próximos apenas na busca do desenvolvimento. O passado colonial deixara marcas profundas na sua estrutura de produção. Suas economias, construídas para a exportação de matérias-primas, agrícolas e minerais, tinham grande dificuldade, mesmo quando estimuladas pelos novos projetos, em escapar a tal armadilha. A diretriz básica continuaria sendo a expansão da agricultura para exportação, num formato muito parecido com a da proposta colonial. A agricultura familiar, com raras exceções, não teria maiores apoios por parte dos governos africanos.

As estratégias, sem dúvida, não seriam as mesmas. Afinal, ainda que visassem ao ideal de desenvolvimento, as perspectivas quanto a que sociedades deveriam ser construídas eram bem diferentes. As elites dirigentes dos vários países africanos pensavam poder muito, já que controlavam os governos, promulgavam leis, estabeleciam metas e raramente escutavam opiniões discordantes, mas sonhavam resultados díspares.

As opções socialistas seriam marcadas pelas intervenções na produção, tanto na agricultura quanto na indústria. Em alguns países africanos, foram criadas aldeias comunais compulsoriamente. A lógica era evidente. Com a concentração das populações, seria mais fácil para o Estado providenciar escolas, postos de saúde, fornecimento de sementes e outros auxílios agrícolas, além de facilitar o escoamento da produção que iria reforçar o processo de industrialização, esse sim considerado o investimento capaz de superar o atraso.

Faltou combinar com a população. Desestimulada a semear em terras que não eram suas, sujeita a preços controlados pelo Estado e exposta tanto aos desmandos dos novos poderes locais quanto à sua incapacidade para gerenciar estruturas tão grandes, abandonou tal opção.

Ainda no campo, seria tentado o experimento em grandes empresas agrícolas, baseadas no maior uso da tecnologia, que permitiria alcançar grandes níveis de produtividade. O gigantismo dos projetos, os equívocos de planejamento, os altos investimentos exigidos e as fragilidades dos recursos humanos estariam entre os principais fatores explicativos para o fracasso dessas intervenções.

No setor industrial, não seria muito diferente. Falhas no dimensionamento das fábricas, quase sempre demasiadamente grandes, gerando enormes dificuldades de gestão, e incapacidade de absorção do custo desses investimentos, seriam fatais.

As tentativas enquadradas como capitalistas não tiveram desempenho melhor. Preocupados inicialmente em atrair capitais externos que pudessem alavancar a produção, principalmente agrícola, mas também mineira, os estados africanos que fizeram tal opção não desconsideraram as ofertas feitas pelas antigas metrópoles. Muito pelo contrário, estes seriam os vínculos privilegiados.

O obstáculo era a necessidade de fornecer garantias de que o investimento teria retorno e seria respeitado para além das intempéries políticas ocorridas no imediato pós-independência de muitos desses países, o que, evidentemente, tornava esse capital muito mais caro. A inversão dos rendimentos na construção de um parque industrial que potencializasse o crescimento também seria feita e as consequências, como nos casos socialistas, também seriam desastrosas.

Problemas internos

Os diferentes governos enfrentariam, por outro lado, poderes locais consistentes e dispostos a lucrar com a capacidade infinita de produzir recursos demonstrada pelo Estado. A derrocada final, retardada por algum tempo em função da baixa remuneração dos trabalhadores, mas inevitável, viria com o barateamento dos preços dos produtos africanos no mercado internacional, logo provocando a carência de produtos industrializados e o crescimento, mais uma vez, do endividamento externo.

Ao mesmo tempo, os Estados Nacionais tinham de enfrentar novos e graves problemas sociais. O crescimento populacional, que se iniciara na última fase do percurso colonial – anos de 1940 e 1950 –, fruto de um maior investimento nas áreas da saúde e da educação, que resultou numa diminuição da taxa de mortalidade, foi responsável, em alguns casos, pela injeção de ânimo e quadros na luta de perfil urbano e até mesmo sindical, que assumiu, inicialmente, um tom independentista, mas posteriormente passaria a questionar as novas autoridades nacionais.

Novos e melhores índices seriam obtidos com a ampliação dos investimentos na área da saúde e da educação por parte dos primeiros governos do pós-independência. A boa notícia, no entanto, traria outras consequências bem menos auspiciosas, como a urbanização acelerada, resultando numa crescente favelização, e o surgimento de largos segmentos da população sem ocupação definida, aglomerados nas zonas urbanas e suburbanas, ávidos por oportunidades e, ao mesmo tempo, mais suscetíveis às manipulações políticas.

Por outro lado, a crise generalizada dos anos 1980 no continente, resultado dos mais assustadores, que demonstra o poder de destruição dos famosos planos de reajustamento estrutural, promovidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, não deve esconder as conquistas do pós-independência. Para além da liberdade do jugo colonial, indissociável das lutas antirracistas e difícil de calcular para quem não viveu tal realidade, muitos foram os progressos na área da saúde e da educação.

Evidentemente, como o patamar de partida era sempre muito baixo, quando minimamente existente, os números alcançados podem parecer frágeis, mas é indiscutível que passaram a incorporar um montante cada vez maior de africanos. Nos anos 1960 e 1970, o PIB da África continuou subindo ano após ano. Os produtos agrícolas ainda mantinham alguma força no mercado internacional e, sobretudo, a mineração demonstrava grande fôlego na tarefa de superar as dificuldades financeiras dos estados.

O colapso econômico da maioria dos países africanos manifestar-se-ia nos anos 1980. O esforço para atender a uma população incorporada às áreas de atuação dos serviços públicos, exigência muitas vezes inexistente no período colonial; o crescimento numérico dessa mesma população, fruto das melhorias conquistadas e suas consequências imediatas: alimentação, moradia, ensino e assistência médica; a desproporção avassaladora no mercado internacional entre os preços obtidos pelas matérias-primas africanas e os produtos industrializados, importados por esses países; o inchaço das máquinas administrativas desses estados, quer para atender às novas demandas da população, quer como resultado dos inúmeros apadrinhamentos políticos; os inúmeros casos de corrupção; o endividamento galopante para tentar dar conta num primeiro momento dos projetos de desenvolvimento e, posteriormente, das necessidades do cotidiano dessas populações. Todos esses fatores e certamente mais alguns que escapam a esse tipo de abordagem menos focada contribuíram decisivamente para mergulhar o continente no caos que se instalou na região, nos anos 1980.

As crises políticas resultavam ainda do fato de que os resultados econômicos nem sempre alcançavam as populações da mesma forma e na intensidade despertada e desejada pelo sonho da independência. As demandas eram muito grandes e as capacidades de realização limitadas, ainda que existentes.

Num quadro como esse, em que o Estado precisa atender a diferentes aspirações, a ausência de um espaço para o questionamento e a discussão das políticas econômicas e sociais transformou-se num escoadouro para as ações violentas. A lógica do partido único instalou-se no continente e com ela as tentativas de golpe de Estado.

Auxilia nesse entendimento o contexto internacional da bipolarização, entre EUA e URSS. Armamentos, recursos financeiros e justificativas eram obtidas internacionalmente, hipotecando as presumíveis vitórias e, conseqüentemente, o futuro. Entre 1963 e 1969, o continente terá uma média de três golpes de estado por ano,

sendo que em 1966 foram seis golpes que inverteram o comando no Alto Volta (atual Burkina Faso) Burundi, Gana, Nigéria, República Centro-Africana e Uganda.

Em alguns países africanos, a conjugação entre fechamento das alternativas políticas internas e apoios externos foi responsável pela eclosão de violentas guerras civis. A roupagem desses conflitos combinava muitas vezes embates ideológicos, étnicos, regionais e religiosos. Os dois primeiros fenômenos tenderam a ser mais comumente acionados como fatores explicativos dos conflitos. Afinal, sua leitura imediatista e quase autoexplicativa encaixava-se com perfeição à ideia generalizada de que os africanos, divididos numa enorme profusão de grupos étnicos e alinhados com forças ocidentais ou do leste não conseguiam resolver seus problemas de forma pacífica.

Essa avaliação não considera o curto espaço de tempo que os novos países africanos tiveram para imaginar suas respectivas nações e desenhar seus projetos de desenvolvimento, nem tampouco a intervenção de forças externas ao continente, em luta pela conquista ou manutenção de um espaço privilegiado, nesses novos estados. Mas, acima de tudo, desconsidera os conflitos ocorridos em outras partes do mundo e em outros períodos da história, com o mesmo fim: a construção de Estados-nações.

Cientes do risco da generalização que um sobrevoo como o realizado produz, incapaz de atentar para nuances regionais e principalmente nacionais, e tendo esse vasto e controverso cenário como pano de fundo para a seleção de alguns temas, optamos por destacar os casos que se apresentam como os exemplos mais inquietantes de determinadas questões.



Atende ao Objetivo 1

1. Você concorda com a afirmação abaixo em relação aos países africanos? Justifique sua resposta.

A segunda metade dos anos 1970 e, definitivamente, os anos 1980, marcariam, indiscutivelmente, o fim da expectativa das realizações econômicas.

Resposta Comentada

Acreditava-se que com o fim do colonialismo e da sangria econômica provocada por ele, as novas nações iriam crescer economicamente e dar conta das demandas pleiteadas pelas populações africanas, nas mais diversas áreas. Os primeiros anos dos governos independentes não negariam tal possibilidade de imediato, mas a segunda metade dos anos 1970 e os anos 1980 seriam decisivos para o insucesso desses países. As desilusões políticas seriam ainda mais prematuras em virtude dos sucessivos e inúmeros golpes de estado e conflitos civis. Os sonhos de uma vida melhor foram breves.

Capitalistas e socialistas, conservadores e modernizadores, direita e esquerda compartilharam o mesmo sonho desenvolvimentista no continente africano. A opção mais comum para

pavimentar esse caminho seria a do partido único, sem alternância prevista ou partilha do poder, assegurando-lhes um eficaz mecanismo de preservação dos seus respectivos regimes. Entretanto, os diferentes países recém-independentes não se mostraram próximos apenas na busca do desenvolvimento. O passado colonial deixara marcas profundas na sua estrutura de produção. Suas economias, construídas para a exportação de matérias-primas, agrícolas e minerais, tinham grande dificuldade, mesmo quando estimuladas pelos novos projetos, em escapar a tal armadilha. A diretriz básica continuaria sendo a expansão da agricultura para exportação, num formato muito parecido com a da proposta colonial. A agricultura familiar, com raras exceções, não teria maiores apoios por parte dos governos africanos. A derrocada final, retardada por algum tempo em função da baixa remuneração dos trabalhadores, mas inevitável, viria com o barateamento dos preços dos produtos africanos no mercado internacional; logo, provocando a carência de produtos industrializados e o crescimento, mais uma vez, do endividamento externo.

Um caso de tentativa de divisão: a Guerra do Biafra

A Guerra do Biafra, também conhecida como Guerra Civil Nigeriana, foi certamente um dos conflitos mais marcantes na história do continente. Sua repercussão internacional de certa forma inaugurou a ideia do descalabro dos estados africanos no pós-independência e dá início também a uma sequência de episódios que consolidariam a relação entre os africanos e as imagens de fome, destruição e morte, que seria o tom das notícias sobre a África, entre os anos de 1970 e 1990, e que ainda hoje possuem forte presença na mídia internacional. Pesou decisivamente para isso o assustador número de 1 milhão de mortos e as inúmeras fotos de crianças esqueléticas e nuas, deformadas pela fome.

O embate teve início em julho de 1967, sendo formalmente extinto em janeiro de 1970, mas seus antecedentes remetem a fatores

bem mais antigos, assim como suas consequências marcaram de forma profunda o novo país muito além do fim das hostilidades militares.

O conflito explicita-se pela tentativa de separação das províncias do sudeste da Nigéria, que proclamam a República do Biafra. De fato, este foi o resultado final de tensões de diversas ordens. Confrontações religiosas, étnicas e culturais encontraram no petróleo e nos interesses internacionais os elementos que faltavam para a explosão da guerra.

Aproximadamente seis anos após a independência do país, o governo nigeriano enfrentava inúmeras dificuldades para fazer valer a ideia de nação diante da diversidade política, religiosa e étnica existente. Eram mais de 250 grupos étnicos e três grandes correntes religiosas cortando o país: islâmicos, cristãos e adeptos de religiões locais, com diferentes variações. Essa miríade de grupos era até certo ponto ofuscada pela presença dos três grupos étnicos majoritários, haussás, iorubás e ibos, que juntos somavam cerca de 70% da população total do país, que em 1967 era de aproximadamente 60 milhões de habitantes. Estes, por sua vez, também conheciam uma grande sobreposição entre os fatores regional, étnico e religioso.

De certa forma, essa junção do tripé etnia, religião e região acabaria sendo a maneira mais corriqueira e fácil de explicar a guerra: os ibos, cristãos do sudeste do país, entraram em luta pela sua independência dos haussás, islâmicos do norte, e dos iorubás, das religiões locais do sudoeste.



Figura 14.1: Mapa da Nigéria.
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ni-map.png>

período colonial, terem implementado no norte da Nigéria, na região haussá, a ideia de administração indireta, dada a força e o comando dos emires (ver Aula 10). O contraponto seria a maior proximidade dos ibos à vida colonial, o que renderia a essa região e seu grupo majoritário índices muito mais elevados de frequência escolar, incluindo a formação de alguns quadros técnicos e universitários, o que ajuda na compreensão quanto a maior dispersão de pessoas desse grupo por toda a colônia e depois pelo país, dada a sua atuação nas funções administrativas e técnicas.

Inegavelmente, o colonialismo que criara a Nigéria também reforçara as diferenças entre suas regiões. Essa marca ainda estaria presente na luta anticolonial com a criação de partidos de base étnica e regional. O acordo para a independência manteve essa divisão do país em três regiões, dado o receio de cada uma delas em perder espaço numa república de fato nacional.

Ainda assim, cabe perguntar nesse momento que novos elementos alimentaram as tensões e promoveram a ruptura. Um desses elementos foi o exército. A existência de tropas e armas que podiam ser manobradas em favor de um ou outro campo político. Outro fator não menos importante foi a exploração de petróleo e sua concentração na região sudeste do país. E por último, os interesses internacionais nessa exploração petrolífera e seus vínculos internos.

Os embates têm início em janeiro de 1966 com um golpe de estado, promovido por majores e capitães do exército. Os postos militares pareciam informar mais sobre o golpe do que a leitura étnica, mas o assassinato de lideranças políticas do norte acabariam consolidando a ideia de um golpe ibo. Seis meses depois, em julho de 1966, seria a vez de um contragolpe, levado adiante por oficiais militares do norte. Indiscutivelmente, o componente étnico passava a ditar os passos do conflito.

Assume como chefe de Estado o tenente-coronel Yakubu Gowon, oriundo do Norte, de um grupo minoritário, os angas, e cristão. No entanto, a supremacia haussá era inegável. Surgem então

as primeiras perseguições e assassinatos à população ibo residente no norte do país, em função da antiga rivalidade étnica e religiosa, mas também fruto de certa desigualdade econômica em favor dos ibos, pelos postos de trabalho que ocupavam. A saída para os ibos foi a fuga para sua região de origem.

As disputas políticas ocorrem em paralelo à consolidação da região sudeste como uma área de grande produção petrolífera, o que ajuda a entender a aliança operada entre lideranças políticas e militares do sudeste e governos e empresas petrolíferas do exterior. É assim que em maio de 1967, o coronel Odumegwu Ojukwu, que morreu recentemente, em novembro de 2011, na Inglaterra, proclama a secessão do Sudeste da Nigéria e institui a República do Biafra.

Os massacres ocorridos no norte, a fragilidade militar da nova República e uma campanha internacional de defesa dos ibos conseguiram conquistar apoios externos para além do envolvimento financeiro de algumas petrolíferas, com especial destaque para a francesa Elf. Com o avançar do conflito, os apoios também se alargaram. Pelo lado biafrense, surge primeiro o apoio da França, depois Canadá, Vaticano, Tanzânia, Costa do Marfim, Portugal, Rodésia e África do Sul. Os três últimos pesariam desfavoravelmente aos insurretos, afinal tratava-se de uma metrópole colonial, que levava adiante guerras contrárias à independência em três de suas colônias, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique e duas repúblicas africanas, baseadas em regimes racistas. Do lado do governo nigeriano, alinharam vários países, com destaque para a Inglaterra e a União Soviética, num primeiro momento, e posteriormente os EUA.

Os conflitos armados foram desde o início muito sangrentos e alcançaram também a população civil ou porque estes tentavam defender suas casas ou porque foram muitas vezes feitos de escudos humanos. Em fevereiro de 1968, estabelece-se um equilíbrio no terreno e o governo decide pela construção de um bloqueio total às províncias do Sudeste. Surge assim o desastre humanitário

que resultou nas fotos e filmes televisivos que rodaram o mundo, apresentando verdadeiros cadáveres humanos ainda com vida.

O bloqueio foi de tal intensidade que mesmo a Cruz Vermelha foi forçada a negociar com o governo nigeriano o acesso às zonas de guerra. O acesso seria permitido em troca do silêncio e de certo controle governamental sobre as ações da instituição. Revoltados com a situação, jovens médicos franceses ao regressarem à França denunciam a cumplicidade da Cruz Vermelha ao não noticiar ao mundo o que ocorrera no Biafra e criam a organização Médicos Sem Fronteiras.

Apesar da resistência biafrense até fins de 1969, as tropas governamentais passam naquele final de ano a adotar uma ação de maior envergadura, associando infantaria e aviação, num maior nível de mobilização. Em 13 de janeiro de 1970, os militares biafrenses assinam a rendição.

Evidentemente, o acordo de paz não foi capaz de resolver as tensões de ordem econômica, política, religiosa e étnica existentes e importantes no entendimento do conflito nigeriano. No imediato pós-guerra, foram recorrentes as acusações dos ibos quanto à incapacidade do governo nigeriano em reformar as áreas que foram destruídas durante o combate e que estavam na região Sudeste. Mais importante ainda é o sentimento dos povos do Sudeste de que a riqueza do petróleo extraído da sua região, tanto aduba as contas bancárias das diversas autoridades quanto é escoada para outras regiões do país de forma desproporcional.

Para os demais países e políticos africanos, restaria a convicção de que uma nova guerra de tipo separatista dificilmente alcançaria sucesso no continente. A regra da OUA de manter as fronteiras coloniais, ainda que estas representassem a violência e a arbitrariedade das metrópoles, prevaleceu. Estava demonstrado que a alternativa a esse procedimento implicava novo rearranjo de poder e que isso não ocorreria de forma pacífica.

Um caso de luta antirracista: a África do Sul

A luta contra o *apartheid* marcou a história da África do Sul e de certa forma monopolizou grande parte do olhar internacional sobre o continente africano, especialmente a partir dos anos 1960. Pesou decisivamente para essa maior atenção por parte de pessoas e governos espalhados pelo mundo, a violência do regime explicitada no massacre de Sharpeville. Naquele dia 21 de março de 1960, um protesto contra as leis do passe, que obrigava os negros a portarem autorizações para seu deslocamento, foi reprimido de forma bárbara pelas forças de segurança do país, na cidade próxima a Johannesburg. Foram assassinadas 69 pessoas e feridas mais de 200, com tiros pelas costas, numa demonstração evidente de que os militares pretendiam perpetrar execuções e não dispersar a multidão.



Figura 14.3: Massacre de Sharpeville.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sharpeville-massacre.jpg>

Diante de tal violência, como não se sensibilizar com a luta dos sul-africanos negros, a esmagadora maioria da população do país, pelo fim do regime de segregação racial, pelo fim dos assassinatos dos militantes da causa e pelo fim das detenções ilimitadas? O

massacre de Sharpeville radicalizou o posicionamento de ambos os lados e o ANC (Congresso Nacional Africano), principal liderança política na luta contra o *apartheid*, passou a defender ações de sabotagem e a planejar ações de guerrilha.

Pouco mais de dois anos após o massacre, ocorreu a prisão de Nelson Mandela, em agosto de 1962, sob as acusações de viajar ilegalmente ao exterior e fomentar greves. Nos anos seguintes, ainda preso, novas acusações surgiram contra o homem que se tornou o símbolo daquela luta. O regime segregacionista pretendia a pena de morte por enforcamento, mas os julgamentos acabaram determinando a prisão perpétua. O caso de Mandela passou a ser um problema político, o que explica o fato de sua libertação ter ocorrido mais de 27 anos depois de sua prisão, em fevereiro de 1990, quando o regime do *apartheid* estava a caminho do fim.

Como foi possível se estabelecer tal regime? Mais ainda, como foi possível tal regime manter-se por tanto tempo no continente africano? A história do povoamento da África do Sul, como vimos na Aula 9, é fundamental para entender a montagem dessa engrenagem racial, mas não é suficiente. Além da chegada dos calvinistas dos Países Baixos, huguenotes da França, protestantes da Alemanha, no século XVII, e dos ingleses, ao longo do XIX, devemos acrescentar os conflitos e as alianças que foram tecidas entre os diversos grupos populacionais do território da África do Sul, bem como as relações econômicas e políticas com as potências ocidentais e suas empresas.

Apesar da guerra entre ingleses e bôeres, na virada do século XIX para o XX, uma aliança de base racial estabeleceu-se entre os dois grupos e foi importante para a consolidação da exclusão de negros e mestiços da participação política e das riquezas geradas no país. Como foi visto na Aula 10, ao contrário da maioria dos países africanos, a África do Sul conquistou sua independência da Inglaterra muito cedo, em 1910, ainda que tivesse mantido algumas limitações constitucionais até 1961, quando então abandona a Commonwealth.

Entretanto, sua independência nasce com a marca da segregação nos postos de trabalho, nos salários e em outras questões fundamentais na definição dos direitos e deveres da população negra do país. Três delas evidenciam de forma inquestionável como o regime foi construindo o sistema de segregação em prejuízo da população negra: em 1911, é instituída a regulamentação do trabalhador nativo, que considerava crime qualquer quebra de contrato por trabalhadores não brancos; em 1913, será a vez de regulamentar a lei de terras, que criava reservas para os negros, impedindo-os de adquirir propriedades fora daquelas regiões determinadas; e por último, em 1923, a lei do passe, que controlava e impedia o deslocamento da população negra pelo país. Por isso, é preciso lembrar que a luta do ANC e das demais organizações políticas dos sul-africanos negros não era propriamente pela independência do seu país, mas sim pelo fim da segregação racial.

Para combater tal situação, a população, cerceada em seus direitos, cria organizações políticas na tentativa de conquistar uma maior participação na elaboração das leis que moldavam o novo país. Em 1912, será criado o Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos (SANNAC), que se transformaria no já mencionado ANC, em 1923. Em 1921, seria a vez do Partido Comunista da África do Sul (CPSA). Ambos seriam tachados como ilegais nos anos 1950, após a instituição formal do regime do *apartheid*, em 1948.

Essa institucionalização provocou de fato uma intensificação da política de segregação racial. A vitória do Partido Nacional, na primeira eleição do pós-Segunda Guerra, alçou aos principais cargos políticos do país, homens simpatizantes da ideologia nazista de valorização de uma imaginada supremacia racial branca. Pesara a favor dessas ideias o receio que tomou conta da população branca, não por acaso a única eleitora, quanto ao fortalecimento de um discurso democrático e até certo ponto antirracista na Europa pós conflito.

A ideia de separação foi levada ao extremo, com o estado passando a regular as relações sociais públicas e privadas. A ideia de raça, já em discussão e criticada em muitas partes do mundo,

passou a ser a forma de distinção da população sul-africana e, conseqüentemente, de enquadramento dos seus direitos e deveres. As relações sexuais e os casamentos, por exemplo, passaram a ter de respeitar as barreiras raciais. Surgem espaços públicos e privados diferentes para negros e brancos. E as infrações a essa política de separação passam a ser punidas com a prisão.



Figura 14.4: A formalização do *apartheid*. Os espaços públicos também eram segregados. (Tradução: para uso por pessoas brancas. Esta área pública e seus espaços de lazer são reservados para uso exclusivo de pessoas brancas por ordem do secretário provincial).
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:ApartheidSignEnglishAfrikaans.jpg>

A busca pela separação chegou ao ponto de se reservar áreas para a moradia dos negros, os chamados bantustões. Neles os sul-africanos negros, separados por grupos étnicos e linguísticos, formariam governos autônomos e poderiam conseguir até mesmo a independência. Tratava-se de uma explícita iniciativa de tentar dividir a população negra, fortalecendo o sentimento étnico e dando em troca áreas de pouco valor agregado e isoladas das redes de comércio e produção existentes no país.

Como afirmado anteriormente, o massacre de Sharpeville radicalizou a luta. Diferentes organizações políticas e sociais passaram a apoiar a palavra de ordem do ANC de impor perdas econômicas ao regime e manter a repercussão internacional da luta antirracista, alcançada com a divulgação do massacre. A repressão, no entanto, mostrou-se feroz e intransigente. Não foram abertas portas de negociação pelo regime. Pelo contrário, milhares de prisões foram perpetradas com o objetivo de anular a rede popular de apoio às organizações de luta dos negros. O exílio foi a saída para grande parte dos dirigentes negros sul-africanos que conseguiram escapar à repressão.

Os anos 1970 seriam marcados por três episódios que mantiveram o clima de enfrentamento. O primeiro deles seria o fim do colonialismo português na região austral do continente e, conseqüentemente, as independências de Angola e Moçambique, em 1975, transformando-se em países de orientação socialista, firmes defensores da luta contra o *apartheid* e gestores de apoios regionais importantes ao ANC. O segundo seria o também famoso massacre de Soweto, mais uma das atrocidades cometidas pelo regime sul-africano, ocorrido em 1976, quando policiais assassinaram quatro estudantes numa manifestação de alunos negros contra a imposição do *afrikaans*, a língua dos bôeres, como idioma oficial nas escolas. Na seqüência, durante as manifestações contra tais mortes, mais de 600 pessoas seriam também assassinadas. Por último, a execução de Steve Biko, também um militante da causa estudantil, que ajudou na criação da Organização dos Estudantes Sul-Africanos (Saso), e que depois de ser proibido de discursar seria detido em 1977 e assassinado pelos policiais, durante uma transferência de prisão.

O governo da África do Sul continuava a não dar sinais de que estaria disposto a negociar uma alternativa política. O clima da guerra fria, por sua vez, favorecia essa estratégia, afinal, apesar de racista, o regime era contrário aos novos governos independentes da África que assumiram uma orientação socialista. A bipolarização

ajuda, portanto, a entender as alianças nem sempre explícitas com as potências e governos ocidentais, temerosos da expansão comunista pelo mundo. O próprio Brasil, à época, governado pelos militares, manteve uma política de parceria e controle do Atlântico Sul, com o regime sul-africano. Nesse cenário, o ANC e outras organizações de luta dos negros sul-africanos eram identificados como terroristas e por isso banidos de eventuais conversas com as potências ocidentais.

Devemos acrescentar ainda que os países do bloco capitalista mantinham estreitas relações comerciais e econômicas com a África do Sul, a maior economia do continente africano. Não se discutia, evidentemente, o quanto a pujança dessa economia fez-se a partir da exploração do trabalho dos sul-africanos negros, sempre submetidos a um regime desigual.

Na contramão desse cenário de apoios governamentais ao regime segregacionista sul-africano, o que, acima de tudo, impedia a concretização de medidas punitivas ao governo da África do Sul, surgem diversas manifestações culturais e políticas em socorro à causa dos negros sul-africanos. Podemos lembrar, por exemplo, dos boicotes esportivos, das canções e dos festivais de música, dos filmes sobre Steve Biko, das intervenções dos governos do campo socialista nos diferentes fóruns internacionais, de organizações internacionais de estudantes e dos posicionamentos individuais e coletivos de intelectuais e artistas de repercussão internacional.

A discussão do regime sul-africano e a luta contra o *apartheid* entram definitivamente na pauta internacional e passam a afetar o comportamento político interno de alguns países, especialmente os EUA. As organizações afro-americanas estadunidenses começam a pressionar o seu governo por uma atuação mais consistente junto ao governo sul-africano, a fim de que este avançasse com negociações visando o fim do regime segregacionista. Ao mesmo tempo, após uma série de filmes e músicas que rodaram o mundo falando sobre o assassinato de Steve Biko, as atenções internacionais passam a se concentrar na libertação de Nelson Mandela.

As sanções internacionais que começaram no esporte passam a alcançar outras áreas. Primeiro seria a negação de participação sul-africana em reuniões internacionais nas áreas da educação, da cultura e da regulamentação de leis trabalhistas, para finalmente, em meados dos anos 1980, chegarem à área econômica. O regime sente o golpe e passa a adotar medidas contraditórias. Primeiro permite uma ampliação de direitos para a população de origem asiática, mas em seguida proclama uma lei marcial, tentando num último suspiro conter as manifestações internas.

O fim do regime teria de aguardar a eleição de Frederik de Klerk, em 1989, ano da derrubada do muro de Berlim. O fim da Guerra Fria abriria uma porta definitiva para a solução da crise sul-africana. O regime segregacionista perdera uma de suas principais funções para as potências ocidentais: ser um braço de ferro contra a possibilidade de avanço do comunismo na África.

Ainda em 1989, a África do Sul participaria das negociações junto com os governos de Angola, Moçambique, EUA, Rússia, Cuba e Portugal, pelo fim das guerras civis nos dois primeiros, retirando seu apoio militar às guerrilhas que mantinham tais conflitos. Na sequência, viria a negociação para a independência da Namíbia e, finalmente, a libertação de Nelson Mandela. O governo de De Klerk ainda passaria por uma eleição, com voto exclusivamente da população branca, em 1992, para que sua estratégia de desmoronamento do *apartheid* fosse referendada.

Mil novecentos e noventa e quatro seria o ano das primeiras eleições livres da África do Sul. Nelson Mandela foi eleito e de imediato institui um governo de unidade nacional, com a participação do próprio De Klerk. Mandela passa a ser a garantia de que não ocorreria uma guerra de cunho racial. As tensões foram contidas pela imagem calma e quase indiscutível do homem que esteve preso mais de 27 anos e que saiu da cadeia para ser presidente do país, com um discurso conciliador, falando para todos os sul-africanos. A Comissão de Verdade e Reconciliação também contribuiu de forma decisiva para serenar os ânimos. Criada para investigar os crimes cometidos durante o *apartheid*, a comissão responsabilizou instituições e indivíduos, ajudando a reescrever a história do país.

Tabela 14.1: Mapa populacional da África do Sul (50 milhões de habitantes)

Negros	79,4%
Branços	9,2%
Coloured	8,8%
Indianos ou asiáticos	2,6%

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81frica_do_Sul



Atende ao Objetivo 2

2. Em que medida a Guerra Fria servia aos interesses do regime do *apartheid* na África do Sul?

Resposta Comentada

O clima de tensão e disputa internacional, gerado pela Guerra Fria, favorecia a estratégia do governo racista sul-africano, permitindo seu posicionamento ao lado do bloco capitaneado pelos EUA. Afinal, o regime sul-africano era contrário aos novos governos independentes da África que assumiram uma orientação socialista. O próprio Brasil, à época, governado pelos militares, manteve uma política de parceria e controle do Atlântico Sul, com o regime sul-africano. Nesse

cenário, o ANC e outras organizações de luta dos negros sul-africanos eram identificados como terroristas e por isso banidos de eventuais conversas com as potências ocidentais. Além disso, os países do bloco capitalista mantinham estreitas relações comerciais e econômicas com a África do Sul, a maior economia do continente africano. Não se discutia, evidentemente, o quanto a pujança dessa economia fez-se a partir da exploração do trabalho dos sul-africanos negros, sempre submetidos a um regime desigual.

O caso extremo: o genocídio do Ruanda

O genocídio ocorrido no Ruanda entre abril e julho de 1994, vitimou mais de 800 mil pessoas, número superior a 10% da população total do país à época dos acontecimentos. O dantesco episódio fechou o século e o milênio, aumentando a incompreensão do mundo acerca do que se passava no continente, afinal as atrocidades no Ruanda somavam-se às ocorridas na Serra Leoa, em Angola, na Libéria e na República Democrática do Congo. No entanto, havia uma diferença fundamental. Apesar de em todos esses conflitos terem ocorrido assassinatos de civis, recrutamento forçado de crianças para as forças armadas e grupos guerrilheiros, e até mesmo séries de mutilações, como na Serra Leoa, no Ruanda os limites da guerra pareciam ter sido ultrapassados. Vizinhos mataram vizinhos, colegas de trabalho viraram executores, parentes cometeram assassinatos uns contra os outros.

É que não era mais uma guerra. O objetivo não era derrotar militarmente o seu oponente ou até mesmo expulsá-lo de determinada região. O objetivo era exterminá-lo. Acabar com os indivíduos que fossem identificados como pertencendo a um determinado grupo étnico.

Como explicar tal situação depois de quase 30 anos da independência do país? Talvez a resposta deva começar bem longe do continente africano, na velha Europa, recuperando o que já

sabemos sobre o extermínio de judeus, comunistas, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais, intelectuais poloneses e russos, soldados soviéticos, Testemunhas de Jeová e outras minorias pelas tropas nazistas na Segunda Guerra Mundial.

O Holocausto, para além de ter sido o início do “sistema de matança industrial do mundo moderno”, como afirma o historiador Francisco Carlos Teixeira, foi também resultado de uma gigantesca operação de mobilização identitária, definindo os indivíduos escolhidos para levarem adiante a construção de uma nova sociedade, os indivíduos toleráveis e os nocivos, aqueles que deveriam ser exterminados.

Permanecendo na mesma Europa, encontraremos uma outra guerra, desta vez mais localizada, porém muito mais longa e bem mais recente. A guerra na antiga Iugoslávia, que durou de 1991 até 2001 e envolveu aspectos étnicos, religiosos e culturais que mais uma vez empurram nossa análise para o campo das identidades e sugerem uma maior proximidade ao que aconteceu no Ruanda.

O destaque aos dois casos europeus é importante por nos lembrar que os africanos não são os únicos capazes de perpetrar atrocidades e genocídios. Nem tampouco os europeus têm tal exclusividade. Poderíamos somar à nossa terrível lista os genocídios de curdos, timorenses e cambojanos, demonstrando a diversidade territorial que os assassinatos em massa compreendem. Os exemplos citados também permitem alertar para o fato de que o mundo não está livre de um novo genocídio. Por último, eles nos aproximam da ideia de participação total das sociedades envolvidas, ou seja, a intensidade dos conflitos e sua pretensão ao extermínio de um ou outro grupo inevitavelmente leva à participação de todos por um ou outro lado. Não é possível ausentar-se desse tipo de embate, afinal a não interferência é um apoio ao lado mais forte, aos assassinos.

E como foi possível essa participação popular num genocídio? Os trabalhos de historiadores e cientistas sociais sobre os massacres no Ruanda continuam a vir a público e a levantar novas questões

que auxiliam no entendimento dessa catástrofe, mas desde já podemos apresentar dois temas que permitem avançar na discussão: identidade e poder. Evidentemente, a existência desses dois fatores não constitui uma especificidade ruandense, tampouco a imbricação entre ambos é algo exclusivo daquele país. O que surpreende nesse caso é a capacidade que eles em conjunto tiveram de mobilizar parte significativa da população para praticar assassinatos.

A análise do genocídio fornecida pela imprensa internacional, ainda durante a realização das atrocidades, era de que se tratava de um caso exemplar de conflito étnico. Essa forma de abordagem tinha a peculiaridade de ao mencionar a expressão etnia transformar-se, quase que de forma automática, em algo definitivo e aparentemente inquestionável para explicar tudo o que aconteceu entre 6 de abril e 4 de julho de 1994, no Ruanda. O que faltou ser lembrado à época é que etnias existem em diferentes países e continentes, mas elas não são sinônimos de guerra e muito menos de extermínio, ou seja, falar em conflito étnico, por si só, não permite entender todo o problema, acima de tudo não explica como as pessoas mobilizaram-se para cometer assassinatos. É claro que o fator étnico foi fundamental para que muitos se posicionassem e pensassem como “nós” e “eles”, mas o que levou milhares de pessoas a assassinar pessoas próximas, pertencentes ao seu cotidiano?

A história pode nos auxiliar a entender esse processo. Antes da colonização alemã de finais do século XIX, o Ruanda era habitado por três grupos étnicos de origens distintas. Os hutus teriam chegado à região no final do primeiro milênio, numa das muitas levas da migração bantu da África ocidental em direção à oriental. Sua atividade agrícola iria expulsar em direção às áreas de floresta mais densa os mais antigos habitantes da região, os twa, também conhecidos de forma pejorativa como pigmeus e que eram coletores e caçadores. O último grupo africano a se estabelecer na região foram os tutsis, por volta do século XIV, oriundos de áreas mais ao norte do continente.

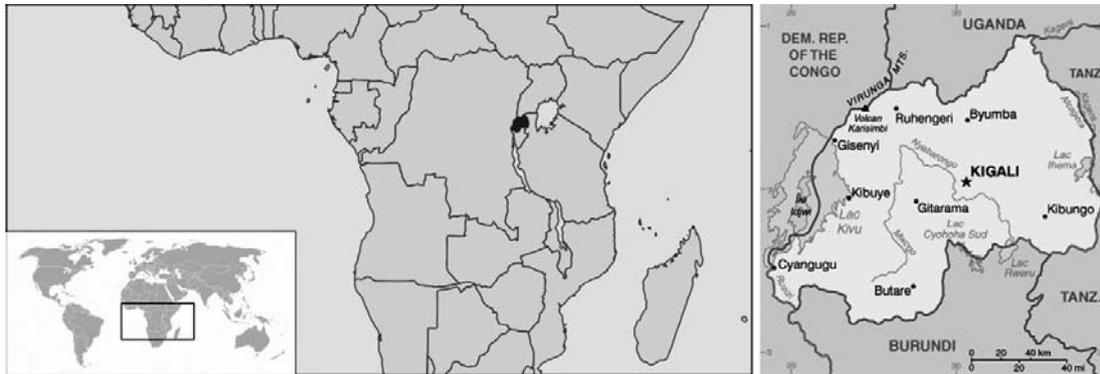


Figura 14.5: Mapas de Ruanda.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ruanda>

Mas por que esse nosso recuo até o tema do povoamento do território? Porque uma determinada versão dessa história da migração seria elaborada por lideranças hutus para compor a ideia de uma oposição étnica inconciliável em relação aos tutsis. Essa percepção de que estamos diante de um processo de construção de incompatibilidades é fundamental para o entendimento de como as manipulações identitárias foram acionadas por disputas pelo poder político e econômico. O que não quer dizer que não houvessem tensões no convívio entre hutus, tutsis e twa durante esses mais de cinco séculos de convivência no Ruanda. Todavia, apesar da hierarquização estabelecida entre os tutsis pastores e o hutus agricultores na construção do reino Banyarwanda, a interação, a troca e a vivência em comum também foram marcantes. Como não considerar que a língua bantu dos hutus tivesse sido adotada por tutsis e twa? Que aspectos da organização política tutsi espriassem-se para os hutus? Ou ainda que ambos acabassem sentando lado a lado nos bancos das igrejas cristãs, em especial a católica? Em algumas regiões, a distinção entre hutus e tutsis acabaria ficando turva. Os excluídos em tempo integral acabariam sendo os componentes da minoria das minorias, os twa.

Ainda que seja impossível afirmar que o horizonte fosse de uma crescente harmonia entre hutus e tutsis, é importante reconhecer que a colonização alemã, de finais do século XIX até a Primeira

Guerra Mundial, e depois belga, a partir de fins da primeira grande guerra, contribuíram para o acirramento dos ânimos e o revigorar das rivalidades étnicas. Os colonizadores realizaram uma leitura da sociedade ruandesa no melhor estilo, “dividir para reinar”, consolidando a posição dos tutsis como uma elite mais desenvolvida, capaz de exercer as funções administrativas, exigidas pela arquitetura colonial, e os hutus como trabalhadores da terra.

As interseções foram desvalorizadas e apostou-se na ideia de povos com origens e destinos diferentes, em favorecimento de parte da minoria tutsi, cerca de 20% da população, e em detrimento da maioria hutu, aproximadamente 78%. Mantinha-se o isolamento twa com os seus 2% de habitantes. Todos colonizados, mas curiosamente com expectativas diversas. Os tutsis, no exercício da vida colonial cotidiana, valorizaram essa ideia de povo nobre e enfatizaram as supostas diferenças físicas tão aos moldes europeus da época. Os tutsis passaram a ser os mais altos, com feições mais finas, mais magros e os mais inteligentes. A objetividade de uma vida menos miserável durante o colonialismo, que atingia uma parte dos tutsis, dava lugar a um essencialismo étnico, muito impulsionado por uma leitura bíblica, endossada pelos padres católicos, quanto à especificidade tutsi.

O próprio processo de independência nacional não colocaria um fim nas disputas entre lideranças políticas hutus e tutsis. Pelo contrário, a leitura étnica da sociedade ruandesa interessava a ambos os lados. Aos líderes tutsis, que pela familiaridade com o poder colonial esperavam ocupar os principais espaços do futuro país, confirmando a ideia mítica de povo mais desenvolvido. Aos líderes hutus, que ao se apresentarem como os defensores da maioria da população, acusavam o menosprezo tutsi e pleiteavam melhorias para o povo hutu explorado. Os partidos políticos espelhavam essa fissura e o primeiro embate de grandes proporções ocorre ainda antes da independência entre 1959 e 1961, quando 100 mil tutsis são massacrados e o antigo monarca tutsi é obrigado a fugir para o vizinho Burundi, também de maioria hutu, mas onde os tutsi não sofriam tal perseguição.

As eleições de setembro de 1961 dão a vitória ao Movimento Democrático Republicano (MDR), grupo político que se apresentava acima de tudo como hutu e em julho de 1962 proclama a independência, sob a liderança de Grégoire Kayibanda. A lógica étnica manteria sua força no pós-independência. A parcela dos tutsis que tinham melhores empregos e salários em virtude da maior proximidade ao estado, às escolas, ao comércio e ao exército não era vista dessa forma, mas por um olhar étnico. Assim, para as lideranças políticas hutus ficou mais fácil afirmar que todo tutsi tivera vantagem na vida colonial e mantinha essas vantagens no pós-independência por que era tutsi.

O retorno, iniciado em 1963, dos tutsis que haviam fugido para os países vizinhos em 1961 foi visto como uma oportunidade pelas autoridades políticas para investirem na leitura étnica. Nessa lógica essencialista, os tutsis voltaram porque no Ruanda eram ricos, ao contrário do que ocorria em outras regiões. Como podemos ver, o lento fogo da explosão genocida de 1994 estava sendo alimentado conscientemente pelas lideranças hutus.

No entanto, o ofuscamento das lideranças tutsis e o controle do poder político pelos grupos hutus abriram caminho para uma dissidência no poder hutu, demonstrando de forma inequívoca, que a leitura exclusivamente étnica do Ruanda não dá conta de todas as disputas existentes. É assim que o general Juvenal Habyarimana, um hutu do norte, promove o golpe de 1973, acusando o presidente Kayibanda, um hutu do sul, de ter privilegiado os hutus da sua região. O general Habyarimana funda então o Movimento Nacional pela República Democrática (MNRD) e realiza eleições como candidato único até 1990, quando então acena com a possibilidade de um sistema multipartidário de fato.

A tensão entre hutus e tutsis não arrefeceu nesse período, mas o isolamento político interno da minoria e a existência de grandes comunidades de tutsis ruandenses nos países fronteiriços tendeu a regionalizar o conflito. Após novos adiamentos do presidente em efetivar as promessas de campanha, grupos tutsis, refugiados

no Uganda, enquadrados na Frente Patriótica Ruandense (FPR), promovem ações militares contra o exército do Ruanda. Tropas belgas são acionadas em apoio às forças governamentais e antes que um cessar-fogo fosse assinado em 1991, cerca de 2 mil civis tutsis foram assassinados no Ruanda. O acordo de paz com a FPR, incluindo a previsão da realização de eleições em 1995, seria assinado apenas em 1993.

Ainda que rarefeito, o sonho da paz desmorona-se em 6 de abril de 1994, quando o avião que transportava o presidente Habyarimana e seu homólogo do Burundi, Cyprien Ntaryamira, é abatido pouco antes de aterrar na capital ruandesa, Kigali. Imediatamente se estabelece a ideia de que o ataque fora perpetrado por tutsis e tem início uma caça aos indivíduos dessa etnia. A velocidade das ações foi a mais forte evidência de que havia um planejamento prévio. Entre 6 de abril e 4 de julho, foram executadas mais de 800 mil pessoas, muitas delas a golpes de facão e machadinhas por pessoas que aderiram a milícias paramilitares ou simplesmente temiam serem questionadas sobre seu comportamento reticente por estas. Curiosamente, parecia que ninguém havia reparado na compra de mais de 500 mil dessas machadinhas à China, no início do ano de 1994. Mais do que isso, o Ruanda havia se tornado o terceiro maior importador de armas na África, usando para isso recursos desviados dos programas de financiamento e ajuda internacional, implementados pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. De fato, havia sinais mais do que evidentes que um plano estava em execução.

O incitamento à violência e o clima de tensão crescente eram mantidos pelas Rádio Mil Colinas e Rádio Ruanda, desde a assinatura do acordo de paz em 1993. As ofensas ao tutsis, chamados de baratas, eram recheadas de acusações aparentemente desconexas a respeito de sua origem hamítica, minimizando sua africanidade e, conseqüentemente, seu direito de viver no Ruanda. A ideia de extermínio estava ganhando seu formato final.

Os capacetes azuis da ONU chegam ao Ruanda ainda

em outubro de 1993, com o objetivo de resguardar o acordo de paz e imediatamente percebem a dificuldade da missão e a tensão existente. Mais do que isso, militares tutsis no vizinho Burundi promovem o assassinato do primeiro presidente eleito democraticamente, o hutu Melchior Ndadaye. Na sequência, mais de 50 mil pessoas são assassinadas, a maioria hutus, nos confrontos entre hutus e tutsis. A ação militar dos tutsis no Burundi seria utilizada no Ruanda pelos militares e políticos hutus como prova de que não se podia confiar nos tutsis e que eles pretendiam controlar toda a região e “escravizar” os hutus.

Os sinais do plano de extermínio sucedem-se. Chegam armas da França, Israel, Bélgica, Inglaterra e Egito, e passam às mãos dos militares hutus, com a desculpa que haviam sido compradas antes da assinatura do acordo de paz. Patrulhas militares, policiais e paramilitares fazem operações nas ruas e carimbam os bilhetes de identidade, diferenciando quem era hutu e quem era tutsi. Tais episódios seriam relatados pelo major-general Roméo Dallaire, comandante da força de paz da ONU, aos seus superiores em Nova Iorque. Seu pedido era pelo aumento do efetivo de capacetes azuis e por uma maior intervenção político-diplomática das grandes potências, a fim de parar a tensão crescente.

O assassinato do presidente colocou em marcha a última fase do plano. Intoxicados com a campanha antitutsi, temerosos da retaliação das forças militares e paramilitares, em especial a milícia Interahamwe, no caso de demonstrarem qualquer hesitação, milhares de hutus apresentam-se para a “função” cotidiana de executar tutsis e hutus reticentes ou opositores ao genocídio. Mesmo religiosos participaram das ações ou atuaram como cúmplices dos assassinos, indicando lugares de refúgio. Também estariam entre as vítimas. Mais de 300 clérigos e freiras tutsis foram assassinados.

Evidentemente, não devemos cair na armadilha de pensar única e exclusivamente na manipulação dos políticos e militares hutus sobre as populações hutus indefesas e ingênuas que, sem alternativas, cederam ao apelo dos políticos e militares, e a essa

manipulação, assassinando parentes, amigos, vizinhos e desafetos. Toda a análise aqui apresentada foi no sentido de tentar demonstrar a construção do cenário de confronto, mas também a participação da população nesse processo e, sobretudo, no seu ato final, ou seja, devemos imputar a responsabilidade do ocorrido também ao executor e não apenas às lideranças. Como dito por um desses assassinos cotidianos, em depoimento ao jornalista francês Jean Hatzfeld, ele estava acostumado ao trabalho nos bananais e essa nova “função” era mais lucrativa. Matar tutsis e ficar com a pilhagem de suas coisas era mais certo do que depender da colheita. É preciso, portanto, unir a construção desse clima de confronto, a sua derivação para o extermínio, o temor da retaliação dada à não participação e o apoio popular para começarmos a entender o que se passou.

A comunidade internacional também precisa ser responsabilizada, em especial os governos belga e francês, pelas relações privilegiadas que mantiveram com o governo e os extremistas hutus do Ruanda nas décadas de 1980 e 1990. Os EUA pelo seu peso político e receio em agir de forma eficaz, barrando decisões importantes, dado o seu poder de veto, também precisa ser responsabilizado. E por último a própria ONU, que embarçada pelas inúmeras autorizações necessárias, pela falta de recursos próprios e pela dificuldade operacional foi incapaz de fazer o mínimo possível para salvar o máximo de vidas.

Para piorar esse quadro, após o assassinato de 10 homens da força de paz, no dia seguinte ao início do massacre, as autoridades da ONU ordenam a saída do seu efetivo. O general Dallaire manteve cerca de 400 homens, sobretudo da Tunísia e do Gana, que ainda conseguiram salvar aproximadamente 25 mil pessoas. A retirada dos capacetes azuis, tão bem retratada em filmes como *Hotel Ruanda*, teve um efeito imediato de incentivo sobre as forças hutus. Era a evidência de que o mundo fechava os olhos ao genocídio.



Figura 14.6: A memória do genocídio.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_em_Ruanda

Os massacres empurram a FPR para o território ruandense. Sob a direção de Paul Kagame, os refugiados tutsis, que tinham iniciado uma primeira ofensiva em 1990, voltam ao ataque, desta vez melhor treinados, melhor equipados militarmente e contando com o apoio de tropas do Uganda. Avançam sobre o exército e as milícias do Ruanda. No caminho, barbaridades também foram cometidas contra a população hutu, ainda que numericamente não houvesse termo de comparação com as ações dos hutus, patrocinadas pelo estado. As forças da FPR conseguem alcançar a capital, Kigali, em 4 de julho de 1994, pondo fim ao genocídio, iniciado três meses antes. Temendo represálias, 2 milhões de hutus refugiam-se na vizinha República Democrática do Congo. Grande parte deles ainda permanece em campos de refugiados, mantendo uma espécie de bomba-relógio, sempre prestes a explodir na fronteira oeste do Ruanda.



Figura 14.7: Campo de refugiados hutus (do Ruanda) no leste da República Democrática do Congo.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Rwandan_Genocide

A FPR, após a vitória militar, assume o controle do país. As eleições, ocorridas só em 2003, seriam vencidas por Kagame. Desde então, medidas de austeridade econômica e um apoio internacional mais intenso tem produzido sinais de melhora para a economia do país. Mas, evidentemente, as sequelas e as memórias do acontecido permanecem. O governo investiu em campanhas de conscientização, tentando evitar as vinganças pessoais e buscou dar garantias mínimas de segurança para os hutus que reconhecessem sua participação no genocídio. Os objetivos não foram totalmente alcançados, mas também não se desenhou um cenário de caça às bruxas.

Passado o pior, a comunidade internacional passou a agir mais rapidamente e, em novembro do mesmo ano de 1994, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a criação do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, para julgar os responsáveis pelo genocídio. Até o ano de 2011, já foram julgados e condenados a penas de detenção, entre oito anos até a prisão perpétua, 32 dirigentes políticos, militares, clérigos, músicos e homens de negócio de destacada projeção na organização e execução do plano de morte.

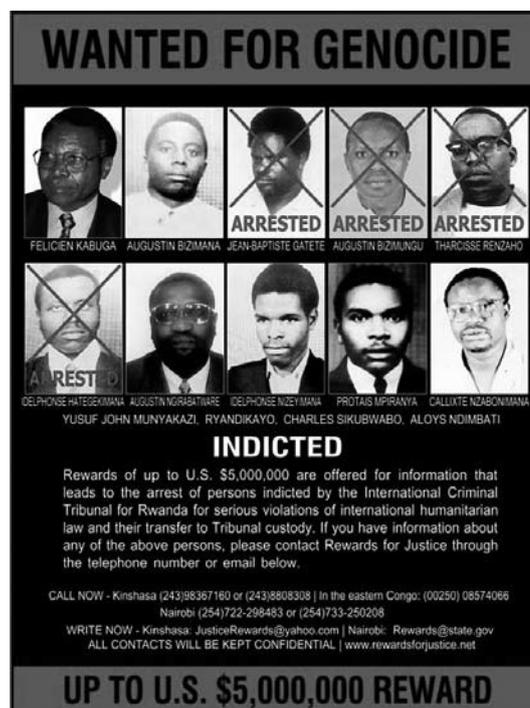


Figura 14.8: Cartaz com fotos de indivíduos procurados pelo Tribunal Penal Internacional para o Ruanda.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%AAdio_em_Ruanda

CONCLUSÃO

Os exemplos do genocídio do Ruanda e da Guerra do Biafra, na Nigéria, trabalhados ao longo da aula, alertam-nos em relação às explicações de caráter exclusivo e de certa forma imediatas, divulgadas pela imprensa internacional, que tendem a destacar tais embates como sendo de tipo étnico. Como os casos citados indicam, os diferentes processos de colonização, enfrentados por estes países, os insucessos dos projetos de desenvolvimento, as fissuras de caráter regional e religioso, as intervenções e os interesses internacionais, além das disputas pelo poder político, quase sempre precisam ser considerados como fatores intervenientes nas crises africanas do período pós-independência.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Tendo em consideração os casos da Guerra do Biafra e do genocídio do Ruanda, comente o questionamento realizado ao longo da aula acerca de uma explicação exclusivamente étnica para esses episódios.

Resposta Comentada

Nos dois casos, o fator explicativo mais recorrentemente destacado tem sido o da confrontação étnica. No entanto, como a aula tentou demonstrar, apesar da importância fundamental desse fator no entendimento, tanto da Guerra do Biafra quanto do genocídio do Ruanda, a existência por si só de etnias e do confronto entre elas não permite uma resposta quase automática de como a violência começou e prolongou-se. Os aspectos históricos, em especial as diferentes vivências coloniais que os diversos grupos africanos tiveram; a importância dos fatores econômicos, delimitando e direcionando as riquezas do pós-independência; os interesses internacionais, expressos tanto por estados como por empresas; as composições regionais e religiosas que por vezes as identidades étnicas encobrem. Todos esses elementos influenciam na composição de um quadro identitário de oposição entre “nós” e “eles”, em linha de oposição a qualquer sentimento nacional.

Etnias existem em diferentes países e continentes, mas elas não são sinônimos de guerra e muito menos de extermínio, ou seja, falar em conflito étnico, por si só, não permite entender todo o problema, acima de tudo não explica como as pessoas mobilizaram-se para cometer assassinatos ou partirem para uma guerra. É claro que o fator étnico foi fundamental para que muitos nigerianos e ruandenses se posicionassem e se pensassem como “nós” e “eles”, mas o que levou milhares de pessoas a assassinar e outras milhares a serem assassinadas só poderemos entender se olharmos para a história dessas regiões, para a construção das identidades étnicas ao longo do tempo e para as disputas políticas travadas.

RESUMO

No pós-independência de grande parte dos países africanos, as elites políticas nacionais voltar-se-iam para os graves problemas internos e para as diferentes disputas pelo poder. Acreditava-se que, com o fim do colonialismo e da sangria econômica provocada por ele, as novas nações iriam crescer economicamente e dar conta das demandas pleiteadas pelas populações africanas nas mais diversas áreas. Todavia, os anos 1980 marcariam o fim dessas expectativas. As desilusões políticas seriam ainda mais prematuras em virtude dos sucessivos e inúmeros golpes de estado, e conflitos civis como foi o caso da Guerra do Biafra.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a guerra civil em Angola e a atual fase pós-conflito. O fenômeno da guerra esteve presente em diferentes países africanos, mas nessa ex-colônia portuguesa da África centro-ocidental assumiu uma maior duração, atravessando fases muito diferentes.